O Censo 2000: Avanços e Frustrações

Simon Schwartzman

(publicado na *Folha de São Paulo*, 20 de dezembro de 2001

Pesquisando o moral das tropas durante a Segunda Guerra Mundial, os sociólogos americanos descobriram que, quando mais chances os militares tinham de serem promovidos, mais eles se queixavam. A partir destes dados, eles desenvolveram a teoria da "privação relativa", que diz que a frustração que as pessoas sentem na vida dependem sobretudo de com quem elas se comparam, e não do que elas possam ter ou não.

Esta teoria ajuda a entender o contraste entre os dados do Censo do Ano 2000, que mostram melhoras importantes na condição de vida da população brasileira na última década, e uma certa sensação generalizada de que o país nunca esteve tão mal. A sensação não deriva tanto da situação real, que tem melhorado em muitos aspectos; mas sobretudo da crescente impaciência da população, justamente porque ela já percebe que poderia estar muito melhor.

Os dados do IBGE não surpreendem, porque as pesquisas anuais por amostra de domicílios, as PNADs, já vinham assinalando estes progressos. Entre 1991 e 2000, a natalidade caiu, assim como a mortalidade infantil. A população ficou um pouco mais velha e vive mais. Existem menos analfabetos, e a escolaridade melhorou,. Os rendimentos médios quase que duplicaram, e a distribuição de renda ficou um pouquinho menos ruim. Melhorou o saneamento, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário...

Mas, além dos níveis ainda muito baixos de muitos destes indicadores, o Censo mostra alguns problemas emergentes, ao lado de outros que são revelados por outras pesquisas. A família nuclear vem perdendo importância, com o crescimento de domicílios chefiados por mulheres, e crianças que vivem sem o pai. Na periferia das grandes cidades, estas crianças são forte candidatas à marginalidade, à criminalidade e à violência urbana, que já vem afetando a expectativa de vida de populações inteiras. As redes de proteção social, na área de saúde e previdência, que tiveram um papel importante nas melhoras das últimas décadas, parecem estar chegando ao limite de sua capacidade. As desigualdades de renda entre as regiões não diminui, e a concentração de renda nas regiões pobres parece se acentuar ainda mais.

Quanto destes resultados, positivos ou negativos, são fruto da ação ou omissão dos governos? É difícil dizer. O atendimento que os governos conseguem dar à

população, sobretudo nas regiões mais ricas, parece ter melhorado. Mas muitos dos progressos alcançados, e também dos novos problemas, são resultado de amplos processos de mudança social que ocorrem à revelia dos governos – urbanização, trabalho feminino, novas tecnologias, maior circulação de informações e conhecimentos.

Os dados sugerem que estamos chegando a um ponto de inflexão, aonde as tendências mais ou menos automáticas de melhoria começam a encontrar seus limites. Não faz sentido tentar tapar o sol com a peneira, e negar os progressos dos últimos anos; e nem achar que tudo está bem no melhor dos mundos. Daqui para a frente, teremos que enfrentar novos problemas, típicos de uma população urbana, envelhecida e deseducada, com recursos públicos cada vez mais limitados ante as necessidades crescentes. São as opções desde futuro, aonde as políticas públicas poderão fazer toda a diferença, que devem nos interessar e preocupar.